

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

INSTITUTO DE ECONOMIA (IE)

CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E DE ECONOMIA DO TRABALHO (CESIT)

Caixa Postal 6135 - 13083-857 - Campinas - SP

www.eco.unicamp.br/cesit

E-mail: cesit@eco.unicamp.br

CADERNOS DO CESIT

(Texto para discussão n. 1)

DESENVOLVIMENTO EXCLUDENTE, CRISE ECONÔMICA E DESAFIOS DO SINDICALISMO BRASILEIRO¹

Jorge Eduardo L. Mattoso²
Marco Antonio de Oliveira³

Campinas, abril de 1990

¹ Texto apresentado ao Seminário de cientistas sociais e Centrais ou Confederações Sindicais do Cone sul e Brasil – “Crisis, Desafios y Respuestas del Sindicalismo del Cono Sur y Brasil, para la decada del 90”, promovido pelo INCASUR – Instituto Internacional de Estudios y Capacitación Social del Sur em Montevideo, de 16 a 20 de julho de 1990. Será publicado na Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, vol. 4, n. 3, São Paulo e sob o título “Lê tournant dès anées 90” em Revue M, N. 42, dezembro de 1990, Paris, França.

² Professor do Instituto de Economia da UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas de Diretor-Adjunto do CESIT - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da UNICAMP.

³ Historiador, pesquisador do CESIT/IE/UNICAMP e coordenador do DESEP - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da C.U.T.

DESENVOLVIMENTO EXCLUDENTE, CRISE ECONÔMICA E DESAFIOS DO SINDICALISMO BRASILEIRO

Jorge Eduardo L. Mattoso
Marco Antonio de Oliveira

1. INTRODUÇÃO

Nos anos 80 o movimento sindical enfrentou uma profunda crise, tanto nos países capitalistas avançados quanto na América Latina e demais países periféricos. Esta crise afetou a continuidade do movimento ao enfraquecer seus mecanismos de funcionamento e ao modificar sua relação com a sociedade.

Porém, quando observamos o movimento sindical brasileiro na última década constatamos que ele não enfrentou uma crise da mesma natureza e intensidade. Apesar da extraordinária crise econômico-social que também se abateu sobre a economia e a sociedade brasileiras, os anos 80 foram anos de dinamismo e de busca de novos caminhos para o sindicalismo. Foram reconquistados direitos, organizaram-se centrais sindicais, lutou-se contra a estrutura corporativista oficial, foram fortalecidas as organizações de base, ampliou-se o espaço das negociações coletivas e conquistou-se amplo reconhecimento social⁴. Nesse sentido, ainda que o movimento sindical brasileiro não tenha avançado o suficiente para impedir a ofensiva conservadora e reverter a crise econômico-social, sua situação era muito distinta do quadro observado em vários países latino-americanos e europeus.

Inicialmente, pretendemos indicar o porque isso ocorre no Brasil, considerando o desenvolvimento econômico-social do país a partir do pós-guerra. Acreditamos que a debilidade estrutural das forças sociais interessadas na democratização da sociedade brasileira no pós-guerra dificultou a ruptura democrática com o autoritarismo e corporativismo oficiais. Na ausência de

⁴ Pesquisas de opinião pública indicavam que os sindicatos, apesar das dificuldades da conjuntura, eram uma das instituições que mais desfrutavam da confiança da população brasileira. REVISTA VEJA, São Paulo, Ed. Abril, ano 20, n. 29, p. 35, 20 jul., 1988.

um sólido movimento democrático e de um movimento sindical livre e autônomo, o Brasil vai se inserir de maneira particular no padrão de desenvolvimento industrial "norte-americano" do pós-guerra. Vai desenvolver o setor de bens de produção (insumos básicos e bens de capital) e de consumo duráveis sem distribuição de renda, massificação do consumo e homogeneização da estrutura produtiva e do mercado de trabalho. A partir de meados dos anos 70 o modelo implementado mostrará seus limites. A década de 80 verá aflorar então, conjuntamente com a crise econômica, uma classe trabalhadora bastante ampliada numericamente, diversificada e concentrada nos setores dinâmicos da acumulação. Será justamente esta "nova" classe trabalhadora a base do dinamismo do "novo" sindicalismo.

Em um segundo momento, procuramos enfatizar que, apesar de seu crescimento e dinâmica recentes, o movimento sindical brasileiro se encontra frente a desafios que exigirão esforços consideráveis na redefinição de suas estratégias. Talvez até maiores do que em outros países, porque ele se depara ao mesmo tempo com os problemas resultantes da internacionalização e reestruturação produtiva-tecnológica e com a persistência da miséria, do atraso social e de uma democracia débil. Tudo isso no marco de tentativas neoliberais de estabilização e reordenamento macro-econômico.

2. PÓS-GUERRA E DESENVOLVIMENTO PERVERSO

A partir da II Grande Guerra consolida-se no panorama mundial a hegemonia dos EUA e constitui-se uma nova ordem institucional (ONU, Conferência de Bretton Woods, FMI e BIRD) no marco de uma crescente bipolaridade.

Os EUA irão favorecer a reconstrução da Alemanha e do Japão compelidos pelo avanço soviético na Europa, pelas conquistas eleitorais de vários partidos comunistas ocidentais, pela ruptura das estruturas legadas pelo nazi-fascismo com a ampliação do processo de

democratização dos Estados e das sociedades - sobretudo européias - e, também, pela necessidade de garantir a reciclagem de sua economia de guerra sem a ameaça recessiva. O Plano Marshall vai facilitar a integração da Europa (OECE - depois OCDE - já em 1948, CEE em 1958) e a abertura dos mercados americanos irá acentuar o dinamismo japonês.⁵ Paralelamente, graças à emergência das forças democráticas, constitui-se em vários países um "Estado de Bem Estar Social" e se amplia a participação das organizações sindicais e populares nos destinos da economia e da sociedade.

É nessa fase que vai se generalizar nos países capitalistas avançados padrões salariais, de produção e de consumo baseados na elevação dos salários reais, na produção de bens de consumo duráveis e na massificação do consumo. Esse movimento chega a alcançar - mas sob uma forma perversa - alguns países periféricos como o Brasil.

De fato, desde o término da II Guerra Mundial até o final dos anos 70, a economia e a sociedade brasileiras apresentaram profundas transformações estruturais. País de industrialização tardia, a partir de 1940 o Brasil vai deixando de ser predominantemente rural para se tornar - em pouco mais de trinta anos - uma sociedade urbana e industrial que terá por base o desenvolvimento de um tripé formado pelo Estado, empresas multinacionais e capital privado nacional. Nesse período, vastos contingentes populacionais deslocaram-se do campo para os centros urbanos, caracterizando um êxodo interno sem paralelo, ao mesmo tempo em que o dinamismo econômico impulsionou uma considerável mobilidade social e ocupacional.

No entanto, a estrutura sindical corporativa - construída a partir da ditadura do Estado Novo e inspirada na "Carta Del Lavoro" fascista - manteve-se praticamente intacta ao longo desse período (sistema confederativo, imposto compulsório, unicidade sindical, tutela do Estado, etc.). Ao contrário dos países europeus, o processo de redemocratização do pós-guerra no Brasil não conseguiu articular as forças sociais indispensáveis à consolidação da ruptura democrática

⁵ Teixeira, A. e Miranda, J.C., *A Economia Mundial no limiar do Século XXI: O Cenário mais provável*, Convênio IPT/FECAMP, Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, abril de 1990, (mimeo).

com o passado autoritário. Esse fato vai favorecer o fortalecimento da natureza populista do regime que vai se constituir durante o curto período de democracia no país (1945/1964). Os sindicatos oficiais passam a ser um canal pelo qual fluem as demandas sociais e se exercitam as formas de pressão dos trabalhadores sobre o Estado e o empresariado, sendo que o chamado "pacto populista" não só garante aos sindicatos a representação dos interesses corporativos dos trabalhadores como o próprio governo tem nas "massas trabalhadoras", organizadas e mobilizadas, um aliado menor no jogo do poder.

A intensidade do crescimento e das transformações estruturais, certamente resultaram em profundas mudanças no mercado de trabalho e na estrutura social. Mas se houve uma intensificação do processo de modernização da sociedade, com a expansão e o fortalecimento de uma nova classe operária e das classes médias, houve também um aumento expressivo do pauperismo e do subemprego, dos desequilíbrios regionais e dos níveis de desigualdade social. O nível da concentração da renda nacional brasileira tornou-se assim um dos mais elevados do mundo.

O rápido crescimento econômico (com uma taxa média anual de cerca de 7%) permitiu que o PIB dobrasse de volume a cada dez anos e decuplicasse entre 1945 e 1980. Seu desempenho, superior ao dos países capitalistas avançados, permitiu que o Brasil superasse várias economias da América Latina (Argentina, Chile e Uruguai) e passasse a ocupar a oitava posição entre as economias industrializadas.⁶

Nesse processo, a economia brasileira tornou-se complexa e interdependente, concluindo a substituição de importações e consolidando a indústria manufatureira como eixo dinâmico. A indústria de bens de consumo duráveis cresceu a taxa média de 15,3 % ao ano, sendo que nos momentos de expansão do ciclo (1955-62 e 1967-73) atingiu taxas anuais superiores a 23 %. Os

⁶ Ver Serra, J., "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra" in *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*, Belluzzo, L.G. e Coutinho, R. (orgs.), Ed. Brasiliense, S.P. 1982.

setores de bens intermediários e de bens de capital também cresceram a taxas médias anuais muito elevadas (10,5% e 12,8%, respectivamente).⁷

Com um dinamismo tão acentuado o setor industrial aumentou consideravelmente sua participação na estrutura da renda interna (de 20% em 1949 para 26% em 1980) contribuindo - em contrapartida - para reduzir a participação da agricultura de 25% em 1949 para 13% em 1980. No mesmo período, a população ocupada no setor primário passou de 60% da PEA total a menos de 30%. O número de pessoas empregadas no setor secundário praticamente quintuplicou, passando a maioria da PEA a situar-se no setor secundário (24,5%) e terciário (45,7%).⁸

A estrutura da produção industrial também se alterou profundamente. O setor produtor de bens de consumo não-duráveis que detinha cerca de 73% do valor da produção em 1949 reduziu sua participação para apenas 34% em 1980. Em contrapartida, os setores de bens de consumo duráveis e de bens de capital que participavam em 1949 com apenas 2,5% e 4,3%, alcançaram em 1980 14% e 15% respectivamente. Desta forma, os setores predominantes no emprego industrial no fim da década de 40 (têxtil, vestuário, couro, alimentos e bebidas, cerâmica, vidros e móveis) deixam de sê-lo em 1980 (de 54,1% para 31,2%). Em contraposição, os novos setores (metalurgia, mecânica pesada, química, borracha, farmacêutica) ampliaram sua participação no emprego (de 23,1% em 1950 a 38% em 1980).⁹

2.1. ANOS 60/70: CRESCIMENTO E EXCLUSÃO

Em um primeiro momento, durante o período que vai do fim dos anos 40 até o início dos anos 60, sob a base do crescimento econômico anterior e da preservação da estrutura sindical

⁷ Serra, J., op. cit.

⁸ Faria, V., "Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações" in *A Transição Incompleta*, Bacha E. e Klein H.S. (orgs.), vol. 1, Ed. Paz e Terra, R.J., 1986.

⁹ Faria, V., op. cit.

corporativa, se fortalece uma relação entre Estado e sindicatos onde os trabalhadores trocam seu apoio ao modelo desenvolvimentista por uma redução "temporária" nos controles exercidos pelo Ministério do Trabalho sobre os sindicatos. Dessa maneira, embora o movimento sindical não rompa com o passado corporativo nem desenvolva uma organização mais sólida e democrática nas bases, consegue elevar o nível de mobilização e obter várias conquistas - como, por exemplo, a elevação do Salário Mínimo real por cerca de dez anos, a partir de 1952 ou a ampliação da Seguridade Social.

A crise cíclica da economia brasileira a partir dos primeiros anos da década de 60 - com a aceleração da inflação e a redução no ritmo do crescimento - irá rapidamente esgarçar o tecido desta relação. Enquanto o movimento sindical e popular - organizado mais nas cúpulas (PUI, PUA, CGT) do que nas bases - caminham na direção do aprofundamento das "reformas de base", as classes dominantes mobilizam as assustadas classes médias urbanas contra o "distributivismo" e a "república sindicalista", batem às portas dos quartéis e detonam o golpe militar de abril de 1964. O novo regime vai consolidar *manu militari* a derrota das forças populares e acentuar o processo de modernização conservadora com o indisfarçado apoio dos EUA e dos organismos financeiros internacionais.

Por um lado, irá impor à economia um plano de estabilização de corte ortodoxo e uma série de reformas conservadoras que, acentuando o caráter concentrador do desenvolvimento, visavam preparar uma nova fase de crescimento. Estas reformas incluíam a reforma bancária (criação do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central e redefinição dos papéis dos bancos privados e estatais), a reforma financeira (criação do BNH, correção monetária e Lei do mercado de Capitais), a reforma fiscal (modernização da arrecadação e fiscalização, criação das ORTNs financeira, monetária e fiscal), e a reforma administrativa (criando uma estrutura mais flexível e descentralizada da administração pública federal).

Por outro lado, utiliza-se a legislação corporativa existente para acossar o movimento sindical. Após o golpe militar inicia-se o período de caça aos dirigentes sindicais e populares com centenas de prisões. Nos primeiros seis anos o Ministério do Trabalho intervirá mais de 530 vezes nos sindicatos, cassando dirigentes e impondo interventores.¹⁰ Paralelamente, termina com a estabilidade no emprego criando o FGTS, estabelece uma política salarial com base em fórmula e critério oficiais e impede - através de uma nova e draconiana lei de greve - a mobilização sindical. Através da intervenção estatal, da cassação das lideranças mais expressivas, da supressão do direito de greve e da extinção do poder de negociação dos sindicatos, o regime promove o dismantelamento do movimento sindical que, apesar de sua fragilidade, havia ganho um certo dinamismo no período anterior. Eliminando o seu papel de negociação e representação dos interesses corporativos, os sindicatos passam por uma forte burocratização, ganhando espaço o assistencialismo e as práticas de cooptação e controle dos trabalhadores.

A economia brasileira vai reingressar em sua trajetória de crescimento, agora de forma mais intensa ("milagre econômico") e com acentuadas desigualdades sociais e regionais. O controle sobre o movimento sindical¹¹, a política salarial e do Salário Mínimo (em 1974 seu valor real é de apenas 55% do seu valor em 1952)¹² elevam as disparidades salariais e agravam os padrões de distribuição funcional (cai a participação do conjunto dos salários na renda: de 55,5% em 1960 para 50,0% em 80)¹³ e pessoal (de 1960 a 1980, os 80% mais pobres irão se apropriar de uma menor parcela da renda - de 45,6% para 35,9% - enquanto os 5% mais ricos ampliarão sua participação de 27,7% para 37,0%)¹⁴ da renda.

¹⁰ Figueiredo, A.C., "Intervenções Sindicais e o Novo Sindicalismo", in *Dados*, 17, R.J., 1978.

¹¹ Após a primeira onda repressiva nos meses que se seguiram ao golpe de abril de 1964, nova onda constituiu-se durante e após as greves de Osasco e Contagem em 1968 e, sobretudo, após a edição do Ato Institucional n. 5 em dezembro deste ano.

¹² Mattoso, J.E.L., "O Mínimo Salário Mínimo", in *São Paulo em Perspectiva*, Fundação SEADE, vol. 2, n. 3, S.P., Julho/Setembro 1988.

¹³ *Boletim DIEESE*, ano IV, DIEESE, S.P., fev. 1990, pág. 35.

¹⁴ Hoffmann, H., "Pobreza e propriedade no Brasil: o que está mudando?" in *Transição Incompleta*, Bacha E. e Klein H.S. (orgs.), vol. 2, Ed. Paz e terra, R.J., 1986.

O padrão de produção baseado no setor de bens de consumo duráveis vai consolidar-se. Mas, ao contrário do que ocorre nos países europeus não haverá distribuição da renda. Nas condições brasileiras, serão a maior concentração de renda - permitindo a preservação e o aumento do poder de compra dos grupos médios e altos - e a elevação das margens de endividamento das famílias - resultante das reformas financeira e bancária - que vão assegurar a retomada do crescimento da demanda de duráveis.

A intensidade e a rapidez do crescimento econômico com acentuada mobilidade social e ocupacional ao longo de quase 30 anos, a redemocratização incompleta do pós-guerra, que preserva a estrutura sindical corporativa, e o regime militar que se instala com o golpe de 1964 ocultaram - por algum tempo - as mazelas resultantes de um modelo de crescimento econômico "modernizante" - mas profundamente excludente e concentrador - e a constituição de uma nova classe operária, expressão contraditória daquele mesmo modelo.

Desde o fim dos anos 60 os mecanismos de regulação constituídos a partir da hegemonia norte-americana são desfeitos e desacelera-se o crescimento nos setores líderes. No início da década de 70, acentua-se a perda de competitividade das exportações norte-americanas e agravam-se os seus déficits fiscal e do balanço de pagamentos que resultarão na crise do dólar. Pouco depois desata-se o primeiro choque do petróleo.¹⁵

A economia brasileira - cada vez mais internacionalizada e com sua dinâmica limitada pela exclusão e concentração da renda - se instabiliza, desacelerando o crescimento do PIB, reduzindo o investimento privado, acentuando a inflação e agravando os problemas do balanço de pagamentos. O governo Geisel tentará adiar a crise relançando um audacioso programa de investimentos públicos (II PND) com base na expansão do endividamento externo, que deveria tornar o Brasil "um país do primeiro mundo". Tal programa compensará temporariamente a redução do investimento privado, garantindo o crescimento do produto e da renda *per capita* até

¹⁵ Teixeira, A. e Miranda J.C., op. cit.

o final da década. No entanto, apenas mantém o nível do emprego, deixa de enfrentar a crise energética, investe em setores que já estavam se tornando obsoletos e prenuncia a grave crise que vai se abater sobre a economia na década de 80. A reversão do ciclo expansivo a partir de 1974 já indicava claramente os limites do modelo baseado na produção de bens de consumo duráveis com concentração de renda, ou seja, a constituição de ciclos curtos e instáveis de crescimento.

Será no processo de luta pela democratização da sociedade e contra o agravamento da crise econômica gerada no regime militar que, a partir de meados da década de 70, irão entrar em cena - como uma bomba de efeito retardado - jovens trabalhadores em luta.

Nesse processo surge uma corrente sindical renovadora que passa a questionar a estrutura sindical vigente e a se fazer reconhecer como "sindicalismo autêntico" ou "novo sindicalismo". A emergência desse "novo sindicalismo" representou muito mais do que a explosão das grandes greves e mobilizações do final da década. Em seu estágio inicial o "novo sindicalismo" revelava uma nova atitude em relação à prática sindical, sem que isso correspondesse a um movimento homogêneo do ponto de vista organizativo ou mesmo em termos dos objetivos de cada sindicato.

Esse movimento pode ser considerado "novo" porque não aceita pacificamente a estrutura sindical autoritária nem se limita às reivindicações específicas, constituindo-se em torno da defesa da democratização política da sociedade, por uma política de desenvolvimento que assegure melhores condições de vida e trabalho, pela autonomia sindical, direito de greve, negociação coletiva e representação sindical nas fábricas.¹⁶

Paralelamente ao crescimento da oposição política ao regime militar que se observa a partir de 1974, os trabalhadores vão ampliando sua participação, transformando uma atuação dispersa em um crescente movimento de massas. Sob a nova liderança dos metalúrgicos, o movimento operário inicia em 1977 uma intensa campanha salarial que tem por base a denúncia

¹⁶ Em 1978 um conjunto de dirigentes de 37 sindicatos "autênticos" lançam uma "Carta de Princípios" no V Congresso da CNTI defendendo estes objetivos. Ver Keck, M., "O novo sindicalismo na transição brasileira" in *Democratizando o Brasil*, Stepan, A. (org.), Paz e Terra, RJ, 1988.

do DIEESE de manipulação governamental do cálculo do custo de vida em 1973. As ondas de greves em 1978 e 1979 vão sacudir o país dando uma inusitada dimensão social ao crescente movimento de oposição ao regime militar e surpreendendo tanto aos militares e empresários acostumados ao silêncio da repressão quanto aos políticos que há muito não viam nos trabalhadores interlocutores ativos.¹⁷

2.2. ANOS 80: ESTAGNAÇÃO E MOVIMENTO SINDICAL

O panorama econômico mundial desde meados dos anos 70 se desenvolveu em condições de crise e estagnação econômica que pareciam afetar sobretudo os países capitalistas centrais. Embora as dificuldades norte-americanas ofuscassem algumas de suas características de potência hegemônica, o mundo se mantinha dentro das condições de bipolaridade das décadas anteriores (EUA e URSS). Nada parecia indicar modificações substanciais nas relações de poder e nas condições estabelecidas no pós-guerra.

Os anos 80 se iniciam com a tentativa norte-americana de reverter a situação anterior, forçando o ajuste recessivo das demais economias capitalistas e visando submetê-las ao seu domínio. É o período no qual os EUA tentam retomar os níveis de rentabilidade e competitividade de segmentos de seu aparelho produtivo. Dólar forte, elevação das taxas de juros, alto preço dos insumos energéticos, constantes ameaças de colapso financeiro internacional e mudanças na base técnico-produtiva das indústrias de bens de capital, microeletrônica e telecomunicações vão dar os parâmetros do cenário da economia mundial nos primeiros anos da década de 80.

Seu resultado ao final da década será, em primeiro lugar, a alteração acentuada da divisão internacional do trabalho como corolário do esforço bem sucedido de enfrentamento da

¹⁷ Uma parcela significativa dos dirigentes sindicais que emergiram nas greves de 1978 e 1979 vão participar da criação e direção do Partido dos Trabalhadores (PT) no início de 1980.

estratégia norte-americana e de reestruturação industrial de vários países europeus e asiáticos, sobretudo Alemanha e Japão, que passam a liderar importantes áreas do globo. Estes países de capitalismo "organizado e regulado" teriam obtido maior sucesso na reestruturação industrial dada a manutenção das estreitas relações entre o Estado (que mantém sua intervenção na regulação e na política industrial), os bancos públicos e privados e a grande empresa industrial, permitindo assim o desenvolvimento de estratégias de reestruturação mais ou menos ordenadas e/ou consensuais. Chama a atenção o menor sucesso relativo dos EUA e Inglaterra, justamente aqueles países que, subordinados aos interesses do setor bancário e financeiro internacionalizados, defenderam com "unhas e dentes" a implantação e universalização de políticas neoliberais de ajuste e desregulação.¹⁸

O segundo resultado será o carácter desigual desta "modernização", que irá ter custos sociais profundos e efeitos significativos sobre o mercado de trabalho e a atividade sindical, como veremos adiante na parte 3.

Finalmente, as políticas ultraliberais de ajuste automático do balanço de pagamentos e de desregulação patrocinadas e universalizadas pelos EUA e pelo FMI levaram ao colapso das economias periféricas - dos mundos capitalista e socialista na década de 80 - e sobretudo à profunda crise da dívida externa enfrentada pelos países da América Latina.

O resultado de mais de uma década de estagnação dos países periféricos foi o distanciamento crescente dos países capitalistas centrais (a nível tecnológico e produtivo). A América Latina vem sofrendo esse processo de maneira avassaladora, alcançando o paroxismo em alguns casos, com a participação crescente do narcotráfico e acentuado risco de ruptura do tecido social.

¹⁸ A este respeito ver o interessante e recente trabalho de Tavares, M.C., "Reestructuración Industrial y Políticas de Ajuste Macroeconomico en los Centros - La Modernización Conservadora -", trabalho escrito para a ONU - Organização das Nações Unidas, Junho de 1990 (mimeo).

A dívida externa tornou-se um verdadeiro sorvedouro de recursos. A América Latina, transformada em exportadora de capitais, realizou na década de 80 transferências brutas de recursos ao exterior da ordem de US\$ 250 bilhões ¹⁹. Somente em 1989, a título de pagamento do serviço da dívida, os países da região transferiram US\$ 25 bilhões. A sua economia deixou de crescer, sendo que em 1989 o desempenho foi o menor entre todas as regiões do mundo, devendo apresentar resultado negativo de cerca de 1% em 1990. Neste ano a renda *per capita* projetada para a região é de US\$ 2.090, contra US\$ 2320 em 1980.²⁰

Os países "socialistas" - URSS à frente - deixam de comportar-se como bloco e passam por profunda crise e significativas transformações, com características diferentes em cada país e cujos desdobramentos são ainda imprevisíveis. A direita conservadora quer ver nessas mudanças a demonstração da inviabilidade de todo tipo de socialismo, a superior eternidade do capitalismo e até mesmo o "fim da história". As correntes progressistas, críticas do socialismo real e do capitalismo, desejariam ver terminadas de vez as tentativas socialistas que não têm na democracia e no pluralismo sua base de sustentação. No entanto, não há dúvida que o conjunto dos países do socialismo real vem apresentando alguns traços comuns, que podem ser resumidos em dois pontos: 1. redução do planejamento burocrático centralizado e busca de mecanismos de mercado visando à criação/apropriação da inovação tecnológica-produtiva e, 2. eliminação do monopólio dos partidos comunistas e constituição do pluralismo partidário visando à democracia plena.

Tal como para os demais países latino-americanos, a década de 80 também foi para o Brasil uma década perdida. A gestão conservadora ao longo dos anos 80 foi solidária com os grandes credores internacionais e sua lógica financeira. O Brasil, entre 1980 e 1988, transferiu sob a forma de pagamentos de juros da dívida externa o montante líquido de US\$ 91,5 bilhões para a comunidade econômica mundial. Apesar destas vultosas transferências, a dívida externa

¹⁹ Informe de CEPAL, "Transformación Productiva con Equidad", CEPAL, ONU, Santiago de Chile, 1990.

²⁰ World Economic Survey 1990, United Nations, New York, 1990.

brasileira de médio e longo prazo aumentou US\$ 60,9 bilhões no mesmo período, alcançando atualmente cerca de US\$ 115 bilhões.²¹ Tudo foi feito para pagar a dívida externa seguindo o receituário conservador, promovendo um ajuste recessivo, facilitando exportações com subsídios e dificultando importações, elevando juros para assegurar a rolagem da dívida interna, favorecendo a estagnação tecnológica e condenando a estrutura produtiva nacional à virtual obsolescência em que hoje se encontra. Tudo isso com sucessivas elevações dos patamares inflacionários.

Nessa trajetória geral de paralisia a economia brasileira apresentou três movimentos bem distintos. O primeiro (1981/83), durante o último governo militar, foi o período de maior submissão ao ajustamento do setor externo, maiores restrições às importações, maxidesvalorização cambial e alterações na política salarial visando comprimir a demanda interna por bens importados e exportáveis. O resultado foi desastroso: o produto industrial caiu à taxa média de -4,0% ao ano nos três anos, o PIB reduziu-se 1,3% ao ano negativos e o PIB *per capita* caiu 3,7% ao ano.²² Paralelamente, o desemprego atingiu níveis até então insuspeitáveis e acentuou-se a deterioração das condições de trabalho (ampliação do trabalho sem carteira, relações de trabalho informalizadas e queda do poder aquisitivo dos salários).

A repressão às greves de 1980²³ e o início da recessão econômica em 1981 (com o conseqüente desemprego e demissões massivas) levaram o movimento sindical a dispender maiores esforços na sua definição estratégica, na organização intersindical nacional, nas negociações coletivas de trabalho e na organização nas fábricas²⁴ nos primeiros anos da década.

²¹ Andrade, R. P., "O Plano Collor e a Restrição Externa" in *Jornal do Economista*, CORECON, N. 25, São Paulo, Maio de 1990.

²² Teixeira, A., "Vinte Anos de Política Econômica (Evolução e Desempenho da Economia Brasileira de 1970 a 1989)", Convênio IPT/FECAMP, I.E., UNICAMP, 1990 (mimeo).

²³ Durante a greve de 1980 tropas militares foram usadas para ocupar a cidade e dirigentes metalúrgicos de São Bernardo foram presos, cassados e acusados de violar a Lei de Segurança Nacional.

²⁴ Esta representação podia assumir diferentes formas. Na Ford, em 1981 se constituiu uma comissão eleita na fábrica e organicamente associada ao sindicato. Posteriormente comissões vão brotar em outras montadoras e mesmo em empresas de médio porte. Em outros casos a representação sindical no interior da fábrica passará pela eleição de delegados sindicais ou por se assegurar o direito à visita de representantes do sindicato. Ver Keck, M.E., op. cit.

Desde 1977 se propunha a realização de um Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, mas é somente em 1981 que vai se realizar o I CONCLAT. Deste I CONCLAT partiram as articulações para a criação da CUT e, mais tarde, da CGT. Embora todos sindicalistas participantes partilhassem de uma posição crítica em relação aos dispositivos restritivos à autonomia sindical (restrição do direito de greve, regulamentação das eleições, etc.) discordavam sobre o que conservar e o que mudar na estrutura corporativa.²⁵

Nos primeiros anos da década a Convenção 87 da OIT vai se converter no principal ponto de divergência. Uma parte do movimento sindical, que se agrupará em torno da CUT a partir de 1983, vai se posicionar a favor do reconhecimento da Convenção, o que implicaria a liberdade de associação e o fim da unicidade sindical imposta pela legislação com a possibilidade implícita da pluralidade. Os militantes sindicais provenientes do PCB, PC do B, MR8, PDT e lideranças sindicais conservadoras ou "pelegas" defendiam maior ou menor autonomia frente ao poder público mas não desejavam comprometer o sistema confederativo nem o monopólio de representação.

Na luta contra a recessão e a subordinação do governo federal ao FMI o movimento sindical consegue em 1983 ampliar sua intervenção na sociedade e convoca unitariamente, em julho, a primeira "greve geral" desde o golpe militar de 1964. Em agosto, 5.059 delegados de 665 sindicatos e 247 outras organizações de trabalhadores vão fundar a CUT (Central Única dos Trabalhadores).²⁶

O segundo período (1984/86), de recuperação não-sustentada, coincide no seu início com a explosão do movimento cívico contra o regime militar por "Diretas Já" e com uma verdadeira unanimidade nacional contra a recessão.

²⁵ *Grosso modo* três posições se colocavam: o das "oposições sindicais" propunham a substituição da CLT por um código do trabalho, privilegiavam a criação de comissões de fábrica e menosprezavam os sindicatos; o dos "sindicalistas combativos" propunha a "democratização" e utilização mais agressiva da estrutura oficial e não aceitavam a idéia de comissões de fábrica fora do controle do sindicato; o de alguns sindicatos mais conservadores, federações e confederações que reivindicavam autonomia sem pretender mudanças no sistema confederativo.

²⁶ Keck, M.E., op. cit.

Na economia, os gigantescos déficits comerciais praticados pelos E.U.A. permitem um movimento de recuperação das exportações brasileiras (crescem 23% naquele ano) com importações em queda. Seus efeitos vão se espalhar através do mercado interno ao conjunto da economia, assegurando que em 1985 o PIB crescesse 8,3%. Em fevereiro de 1986, o governo Sarney - eleito indiretamente pelo Congresso e empossado em 1985 - vê-se premido pela elevação da inflação e decide implementar o Plano Cruzado. Este Plano, visava combater a inflação através de uma combinação heterodoxa de reforma monetária e congelamento de preços, salários e câmbio. Seus resultados imediatos serão a redução acentuada da inflação e a manutenção do crescimento da produção, do emprego e dos salários em 1986. No entanto, a ausência de uma concertação nacional e as pressões, tanto externas (dos credores internacionais) quanto internas (dos aliados dos credores e daqueles que visavam assegurar a vitória eleitoral ao partido do governo em novembro de 1986), e a ausência de reformas estruturais coerentes que enfrentassem os desequilíbrios básicos da economia brasileira (dívidas externa e interna, ajuste fiscal e reforma tributária) terminaram por comprometer definitivamente o Plano Cruzado.

No período que se abre com o movimento das "Diretas Já"²⁷ e a retomada do crescimento econômico o movimento sindical vai ampliar seu raio de ação. Estudo recente²⁸ mostra o crescimento do sindicalismo de classe média (professores, profissionais liberais, funcionários públicos), que irá estender-se no período subsequente. As greves retomarão novo ímpeto e conquistas salariais importantes serão obtidas a partir de meados de 1984, continuando em 1985 e 1986. O nível de emprego cresce, acompanhado da elevação dos rendimentos médios dos assalariados e da massa salarial.²⁹

Surgem novas centrais sindicais, refletindo a divisão já existente desde o I CONCLAT: a USI - União Sindical dos Trabalhadores fundada em 1985 e a CGT - Confederação geral dos

²⁷ Apesar da derrota do movimento com a escolha via colégio eleitoral de um governo civil ainda sob tutela militar.

²⁸ Rodrigues, L.M., "O Sindicalismo nos Anos 80: Um Balanço" in *São Paulo em Perspectiva*, Fund. SEADE, Vol. 4, n.1, SP., Jan./Mar. 1990.

²⁹ A este respeito ver artigos de Mattoso, J.E.L. sobre o desempenho do mercado de trabalho neste período em "Política Econômica da Nova República", Carneiro, R. (Org.), Paz e Terra, R.J., 1986; "Política Econômica do Cruzado", Carneiro, R. (org.), Ed. Bial e EDUNICAMP, S.P., 1987; "A Heterodoxia em Xequê", Carneiro, R. (org.) Ed. Bial, S.P., 1988. Ver também Camargo, J.M. e Ramos, C.A., "A Revolução Indesejada: O Plano Cruzado e o Mercado de Trabalho", MTb, SES; PREALC, OIT, Brasília, 1988.

Trabalhadores, fundada em 1986. A USI, que até hoje não desfruta de pleno reconhecimento no meio sindical, passou a agrupar as antigas federações, confederações e alguns sindicatos do setor serviços (sobretudo comerciários). A CGT, que surgiu em clara oposição à CUT, reuniu no seu início algumas forças provenientes da esquerda (PCB, PC do B e MR8) e o chamado "sindicalismo de resultados".³⁰

O terceiro período da década (1987/89) é resultado do agravamento da situação econômica e vai se caracterizar pela estagnação e pelo retorno a políticas cada vez mais ortodoxas de administração da economia, ao mesmo tempo em que se elevam os patamares inflacionários e se agrava a crise cambial, ou seja, a impossibilidade de acumular reservas internacionais apesar dos acentuados superávits comerciais obtidos. O governo se verá frente a uma "moratória técnica" em 1987 e depois, em 1989, a uma "moratória branca" - quando é obrigado a atrasar sucessivamente os pagamentos dos juros da dívida externa. As seguidas tentativas de combater a inflação (Plano Bresser, política do "feijão com arroz" e Plano Verão) irão fracassar. As taxas anuais de inflação elevam-se a 685% em 1988 e 1.320% em 1989.

O movimento sindical nesses anos vai "correr atrás do prejuízo". Em 1987, uma rápida aceleração da inflação e uma política salarial incapaz de preservar o poder aquisitivo levaram a uma das mais acentuadas quedas dos salários reais já verificadas. Apesar do grande número de greves e das vitórias obtidas (como a recuperação dos 26,06% da inflação de junho, eliminados pelo Plano Bresser) pode-se dizer que o movimento sindical "apenas" conseguiu impedir que a economia entrasse em uma pronunciada recessão, sem no entanto assegurar melhorias salariais.

Neste período elaborou-se a nova Constituição (87/88) e, ao mesmo tempo em que ocorreram alterações legais importantes, como a conquista de novos direitos sociais, tornaram-se mais evidentes as divergências no campo sindical e os limites reais da luta pela liberdade e autonomia. A nova Constituição eliminou o poder de intervenção do Estado nos sindicatos (um

³⁰ Em 1989 a CGT vai sofrer defecções e rupturas. A parcela do "sindicalismo de resultados" mais identificada com o sindicalismo norte-americano irá criar a CGT - Central Geral dos Trabalhadores e a "Corrente Classista" (PC do B) se aproximará da CUT.

dos pilares do corporativismo), garantiu o direito à livre associação (inclusive dos funcionários públicos), o direito de greve (incluindo os setores essenciais), mas manteve o sistema confederativo (que ainda representa formalmente os trabalhadores), a unicidade sindical (que define o sindicato único em uma mesma base territorial) e a contribuição sindical obrigatória (sem precisar a sua natureza). A manutenção destes dispositivos e a necessidade de uma ampla legislação regulamentar para os vários pontos em aberto ³¹ mostram os limites existentes para o efetivo exercício da liberdade e autonomia sindical.³²

Enfim, os diferentes movimentos da economia brasileira na década (recessão, crescimento e paralisia) apresentaram os seguintes resultados gerais: o PIB brasileiro teve uma taxa média anual de crescimento de 1,92% entre 1981 e 1988, a produção industrial teve um incremento médio anual de apenas 0,63% e o nível do emprego formal geral e industrial teve taxas médias anuais de 1,71% e 1,27% respectivamente entre 1980 e 1989. Estes indicadores mantiveram na década de 80 uma performance média anual abaixo do crescimento médio da população total brasileira, PIA e PEA. ³³

Desta maneira, os anos 80 vão "perder" a trajetória de crescimento acentuado da economia brasileira no pós-guerra e a expansão do PIB per capita. Para os trabalhadores a década de 80 foi mais "perdida" ainda. Em 1980 os rendimentos do trabalho correspondiam a cerca de 50% da renda interna urbana. Em 1988 a participação dos rendimentos do trabalho alcançaram apenas 38% da renda ³⁴.

A crise se agrava com a ausência de medidas que enfrentem os problemas estruturais da economia. Em 1989 o governo Sarney limita-se a elevar sistematicamente as taxas de juros de

³¹ Como, por exemplo, o artigo que prevê o registro dos sindicatos "no órgão competente" sem definir qual é esse órgão.

³² Este resultado significou a vitória dos setores reunidos na CGT, que contou com o apoio na Constituinte das organizações patronais interessadas na manutenção da estrutura corporativista. A CUT não conseguiu a mobilização necessária a influir contrariamente na decisão da Constituinte. Isto revela o grau de ambigüidade com que foi tratada a questão, sobretudo por parte dos sindicatos que - mesmo tendo diretorias combativas - desfrutaram do monopólio da representação e arrecadação via unicidade e imposto sindical.

³³ Pacheco, C.A. e Dedecca, S., "Uma avaliação preliminar do emprego no Estado de São Paulo, durante a década de 80", Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 1990 (mimeo).

³⁴ Boletim DIEESE, op. cit.

maneira a tentar reter os recursos aplicados no *over*, garantir a rolagem diária de uma dívida interna cada vez maior (dados os crescentes encargos financeiros internos e externos) e evitar o deslocamento destes recursos para os ativos reais (imóveis, ouro dólar, etc.). Essa política do "feijão com arroz" terá como resultado a maior elevação dos patamares inflacionários e dos riscos de hiperinflação.

É nesse quadro que se desenrolou a primeira eleição presidencial após cerca de 30 anos de jejum democrático da população brasileira. Depois do primeiro turno, onde confrontaram-se diferentes candidatos e projetos, foram para o segundo turno dois projetos mais antagônicos de enfrentamento da crise: um conservador, de orientação neo-liberal e outro progressista, democrático e popular.

O projeto conservador (muitas vezes oculto sob a bandeira da luta contra os "marajás" e do apoio aos "descamisados") foi defendido por Fernando Collor de Mello, com o apoio de um partido criado às vésperas da eleição (PRN) e de todo espectro conservador do país (PDS, PFL, setores conservadores do PMDB e outros partidos menores). Collor sairá vitorioso na reta final de uma campanha milionária e de "baixo nível" (sobretudo na última semana) com cerca de 35 milhões de votos. Com sua posse em março de 1990 é deflagrado o Plano Collor, mais uma tentativa conservadora de estabilização monetária.³⁵ Agora, as políticas neoliberais passam a ser apresentadas como alternativa à crise, quando de fato esta crise foi criada por estas mesmas políticas.

A proposta democrática e popular teve como candidato Luiz Inácio "Lula" da Silva, ex-dirigente sindical metalúrgico que despontou como principal liderança nas jornadas de lutas operárias de meados da década anterior e que se tornou um dos fundadores e líder do Partido dos Trabalhadores.³⁶ Embora o PT tenha sido a espinha dorsal da campanha presidencial, já no

³⁵ Poucos meses depois a economia brasileira retomou sua trajetória inflacionária em meio à violenta retração das atividades produtivas, arrocho monetário, acentuadas perdas salariais e elevação do desemprego.

³⁶ O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 1980 pela confluência de três correntes com bases nos movimentos sociais: dirigentes sindicais, setores cristãos e forças de esquerda.

primeiro turno constituiu-se a Frente Brasil Popular com o PSB e o PC do B. Para o segundo turno ampliou-se esta aliança, com a participação do PDT, PCB, setores progressistas do PMDB, PSDB e PV. A candidatura de Lula e a perspectiva de se alcançar uma alternativa democrática e popular à crise - com uma ampla aliança das forças progressistas capaz de assegurar o enfrentamento dos problemas estruturais e o desafio da transformação produtiva com distribuição da renda - empolgou todo o país, mas foi derrotada na reta final, embora alcançando 31 milhões de votos, inequívoco fato histórico em um país de frágeis tradições democráticas.

A candidatura de um líder sindical metalúrgico na recente eleição presidencial e a constituição de uma inédita aliança de forças progressistas que quase chega ao governo federal são indicativas do crescimento do movimento popular e sindical na década de 80, após os longos anos de regime militar. De fato, apesar da crise que se abateu sobre a economia e a sociedade brasileiras o movimento sindical continuou nos anos 80 seu processo de reestruturação e reconquista de direitos, ainda que adotando formas diferentes daquelas utilizadas nas jornadas da década anterior.

Mas apesar desse crescimento do movimento sindical, ainda não foi possível a efetiva consolidação da alternativa democrática e popular para fazer frente ao galopante neoliberalismo articulado pelas forças conservadoras. Esse significativo desempenho do movimento sindical nos anos 80 tampouco o tornou invulnerável aos velhos e novos desafios, relativos ao seu passado e ao seu futuro.

Por um lado, o movimento sindical brasileiro entra na década de 90 e no limiar do século XXI ainda com contas a ajustar com o passado de miséria e atraso característico da economia e da sociedade brasileiras. O resgate da dívida social e o fim do caráter excludente e concentrador da economia e da sociedade brasileiras, tornam-se indispensáveis para a ruptura definitiva com a herança corporativista. Assim como a transição política encontrou limites, a transição no plano sindical também se deu sem que houvesse uma ruptura definitiva com a velha estrutura, que

alargou-se bastante como fruto da pressão dos trabalhadores para absorver as novas demandas sindicais sem comprometer, porém, a tradição corporativista forjada ao longo de 60 anos de tutela do Estado.

Por outro lado, o movimento sindical brasileiro tem que encarar os desafios do futuro - cujas soluções condicionam as formas de incorporação do progresso tecnológico e de inserção internacional -, levando em conta tanto as mudanças recentes ocorridas no mundo (nos planos geopolítico, produtivo e tecnológico) quanto a defesa das necessidades imediatas dos trabalhadores e de seus desejos históricos de construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e socialmente mais justa.

3. DESAFIOS PARA O MOVIMENTO SINDICAL

Como vimos, anteriormente, até o fim dos anos 70 e início dos 80 nada indicava que o sistema de relações econômicas e políticas característico do pós-guerra pudesse sofrer mudanças tão bruscas e radicais.

Porém, durante esta última década vieram à tona uma série de transformações que afetaram intensamente a economia e a sociedade dos países avançados e a própria divisão internacional do trabalho. Essas transformações, devido às desigualdades que vem gerando, estão recaindo sobre os trabalhadores e o movimento sindical, os quais, depois de momentos de perplexidade, começam a encarar a necessidade de novas estratégias, de novas formas de ação e organização e de revisão de seus valores fundamentais. Dentre os fatores que deverão incidir direta ou indiretamente sobre a ação sindical, é importante ressaltar:

a) o declínio relativo de alguns setores produtivos (siderúrgicos, têxteis, etc.), a reconversão de outros (automobilístico, máquinas e equipamentos, etc.), a partir da introdução de novas tecnologias e processos de trabalho, e a expansão de novos setores (informática, química

fina, novos materiais, biotecnologia, etc.). Esse processo está conduzindo a uma situação de desemprego estrutural nos países capitalistas avançados duas a três vezes maior que nos primeiros anos da década de 70 e que atinge, sobretudo, os jovens à procura do primeiro emprego, os idosos de baixa qualificação e os trabalhadores imigrantes;³⁷

b) a utilização cada vez maior da automação microeletrônica, da robótica e de novos fluxos organizacionais - dos locais de trabalho às redes horizontais e verticais que abrangem mais de uma região do globo - estão conduzindo a uma fragmentação e dispersão da mão-de-obra, que começam a abalar os laços de solidariedade e sociabilidade constituídos anteriormente e o grau de homogeneidade da classe trabalhadora;

c) a especialização crescente tem gerado um novo segmento de trabalhadores que valorizam, antes de tudo, o seu saber técnico individual. Esse novo segmento, numericamente reduzido, contrasta com a existência de uma grande massa de trabalhadores precários, sem qualquer proteção social, sujeita ao mercado informal ou ao desemprego;³⁸

d) a desorganização e sobreposição de formas produtivas heterogêneas tem levado à proliferação de micros e pequenas empresas que, na sua maioria, fazem parte de uma "economia informal". As grandes e modernas empresas, por sua vez, estão adotando modelos de relações de trabalho que reforçam a "precarização" da força de trabalho;

e) a presença operária no movimento sindical perde peso relativo devido não só ao processo de reconversão industrial, como também à expansão do setor de serviços (responsável por 2/3 dos novos postos de trabalho) e à migração setorial de trabalhadores, que colocam em risco a própria identidade coletiva da classe;

³⁷ "OCDE - Perspectives de l'emploi", OCDE - Organisation de Coopération et de Développement Économiques, Paris, France, 1983, 1985 e 1987.

³⁸ Segundo Wolfgang Lecher do WSI (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais) da Central Sindical Alemã (DGB) em cerca de dez anos a PEA seria segmentada em: a) 25% de trabalhadores permanentes, qualificados e protegidos pelas convenções coletivas nas grandes empresas; b) 25% de trabalhadores periféricos nas empresas de sub-contratação e serviços, ocupariam empregos precários, pouco qualificados, mal pagos e em horários definidos pelo empregador e pelas flutuações do mercado e c) 50% de trabalhadores marginais, desempregados ou semi-desempregados, fazendo trabalhos ocasionais ou sazonais, os chamados "bicos". Poucos anos antes do final da década de 80, 51% dos franceses com idade de 18 a 24 anos já encontrar-se-iam neste último caso. Citado por Gorz, A., "Métamorphoses du travail - Quête du sens", Galilée, Paris, France, 1988.

f) essas mudanças, no seu conjunto, têm sido acompanhadas pela flexibilização do emprego e dos salários, pela concentração da renda,³⁹ pela redução progressiva dos gastos sociais do Estado e pelo surgimento no meio sindical de um neocorporativismo, ao mesmo tempo em que se observa um declínio nas taxas de sindicalização⁴⁰ e a perda de importância dos sindicatos na vida dos trabalhadores.

No caso dos países capitalistas avançados, essas transformações estão obrigando a uma revisão das políticas sindicais como forma de enfrentar a crise que, se não chega ainda a ameaçar a existência dos sindicatos, abala o seu poder de representação e reduz sua expressão política. Frente a isso, as centrais e confederações vêm tratando de incorporar os chamados novos temas (automação, mulheres, meio ambiente, etc.) e de formular uma política abrangente capaz de considerar a crescente heterogeneidade do mercado de trabalho e de permitir a incorporação do conjunto dos trabalhadores - incluindo aí os novos setores emergentes.

No caso da América Latina, em seu conjunto, a situação é muito diferenciada. Em primeiro lugar, a gravidade da crise dos anos 80 fez com que essas transformações ainda não chegassem a se fazer sentir com intensidade na maioria dos países da região. Mesmo quando vierem a ocorrer, deverão impactar diferentemente cada um deles, dependendo não só das condições estruturais de cada país quanto das políticas de ajuste macroeconômico que vierem a prevalecer. Em segundo lugar, há na maioria dos países do continente uma situação de atraso histórico que faz com que os problemas do passado se perpetuem, potenciando as dificuldades para o enfrentamento dos novos desafios.

De qualquer forma, é interessante notar que os governos do México, Argentina e Brasil - países continentais que reúnem condições de fazer frente ao processo de reordenamento econômico mundial - continuam se subordinando aos organismos financeiros internacionais e

³⁹ Os salários reais médios dos trabalhadores industriais norte-americanos, por exemplo, no final dos oitenta estavam abaixo do nível de 1973 e a porcentagem da renda nacional recebida pelos 20% mais ricos e pelos 20% mais pobres tornou-se mais desigual que em 1950. In "A call for Action", Communique of leaders attending the Peoples Summit, Houston, Texas, EUA, 8 de julho de 1990.

⁴⁰ Na França, por exemplo, o nível médio de sindicalização é hoje de cerca de apenas 10%.

"optando" pelo receituário neoliberal no tratamento da crise e da retomada do desenvolvimento.⁴¹ A mesma lógica também está presidindo o projeto de integração regional do Cone Sul, assim como a proposta do governo norte-americano de criação de um mercado das Américas.

Caso as alternativas conservadoras se consolidem, serão drásticas as conseqüências para os trabalhadores, já que às características gerais do processo de reestruturação tecnológica e produtiva mundial se agregarão as conseqüências da desigualdade e da exclusão destas alternativas.

No caso do Brasil, é preciso considerar algumas particularidades. Como procuramos enfatizar, houve no pós-guerra um processo de crescimento que mudou substancialmente a economia e a sociedade brasileiras. Acompanhando a dinâmica da acumulação, a classe trabalhadora cresceu, se diversificou e se fortaleceu nos setores dinâmicos da economia. Em contrapartida, o crescimento econômico foi acompanhado por uma intensa concentração de renda e pelo agravamento das condições de vida e trabalho da maioria da população.

A partir do final dos anos 70, ainda dentro desse processo, começou a se intensificar o processo de introdução de novas tecnologias em alguns setores (metal-mecânico, automobilístico, químico, petroquímico, bens de capital, financeiro e telecomunicações), mas já em meio a um quadro de crise econômica, de transição política e de fortalecimento do movimento sindical.⁴²

Contudo, a agudização da crise no início dos anos 80 inibiu sua continuidade, só passando a ganhar novo impulso nos últimos anos, seja porque a difusão das novas tecnologias e processos de trabalho se impôs como caminho obrigatório na tarefa de reestruturação industrial, seja porque a gravidade dos problemas nacionais passou a exigir a formulação de um novo

⁴¹ O crescimento econômico, que durante muito tempo havia norteado o projeto nacional das classes dominantes destes países, é relegado a um segundo plano, subordinado que está à esfera financeira nacional e internacional.

⁴² A este respeito ver Abramo, L., "Novas Tecnologias e movimento sindical no Brasil: Desafios dos anos 90", apresentado ao Seminário Internacional *Novas Tendências da Economia e do Sindicalismo*, CESIT - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, São Paulo, abril de 1990.

modelo de desenvolvimento que oriente a inserção do país na nova divisão internacional do trabalho.

Durante esses anos, o movimento sindical realizou um esforço considerável no sentido de entender a dimensão e as conseqüências deste processo. Evitando adotar uma postura maniqueísta ou fatalista, as lideranças sindicais mais lúcidas passaram a considerar que a inovação tecnológica seria útil aos trabalhadores se conduzisse a uma melhor qualidade de vida, lazer e trabalho em lugar de apenas promover uma nova concentração de poder e riqueza, que certamente representaria mais desigualdade e exclusão social. Com base nessa premissa, os sindicatos mais fortes e dinâmicos ⁴³ buscaram promover a negociação em torno das condições para a introdução das novas tecnologias, tanto no âmbito das empresas como dos acordos coletivos de trabalho.⁴⁴

Apesar desses esforços, o aumento da mobilização sindical não se traduziu na superação da prática reativa/reivindicativa - que certamente constitui um traço definidor da ação sindical em qualquer país - mas que no nosso caso passou a ser o único ponto de referência da ação sindical, indicando a ausência de definições no plano estratégico. Apesar também da maior capacidade de pressão dos trabalhadores, as ações no curto prazo nem sempre resultaram em conquistas: basta observar os resultados da década.

Mesmo considerando o ascenso das greves e mobilizações, a persistência e o agravamento da crise revelaram que não há saídas de curto prazo, ou melhor, que não há como superar o quadro de instabilidade econômica e social e alcançar novos padrões de renda e consumo sem levar em conta a questão do desenvolvimento como um todo. Portanto, o que se

⁴³ Há que se considerar, no entanto, que - tomados no conjunto - debilidades históricas do movimento sindical também foram um obstáculo considerável. Trata-se sobretudo da fraca organização nos locais de trabalho e do baixo nível de sindicalização. Embora alguns sindicatos como os dos metalúrgicos de São Paulo e São Bernardo possam considerar-se satisfeitos com os seus níveis de sindicalização (33% e 50%, respectivamente), a média geral brasileira situa-se bem abaixo destes níveis.

⁴⁴ Apesar disso, houve uma dura reação do empresariado que, na sua maioria, se recusou a discutir abertamente esse tema.

coloca para o movimento sindical é como influir na redefinição do próprio padrão de desenvolvimento, de maneira a conferir à ele um caráter democrático e popular.⁴⁵

Nesse sentido, existem duas ordens de problemas a serem enfrentados. Por um lado, aqueles que dizem respeito ao atraso histórico, como a crise econômica, a miséria social, o autoritarismo, o corporativismo e a exclusão de cerca de 50 milhões de brasileiros do mercado de trabalho. Por outro, aqueles que deverão resultar da reconversão industrial e da verdadeira revolução tecnológica - que potenciam velhos e criam novos problemas - tais como o desemprego tecnológico, a automação e a flexibilização do trabalho, a questão ambiental, etc.

Quanto à primeira ordem de problemas, é preciso ressaltar que a democratização e o resgate da dívida social não pode ser apenas resultado de anseios de justiça, mas representam a possibilidade de incorporar efetivamente setores até hoje excluídos da vida econômica e política do país e totalmente à margem do movimento sindical. Isto representaria um grande avanço na superação do próprio corporativismo, que não é apenas fruto da ação do Estado, mas resultado de condições estruturais de heterogeneidade e exclusão social que se refletem também no dia-a-dia dos sindicatos e da sociedade.⁴⁶

Quanto à segunda ordem de problemas, é interessante notar que se bem eles já constem das pautas de grande parte dos encontros sindicais e têm motivado a realização de seminários e encontros específicos, principalmente na esfera de atuação das centrais, sua compreensão ainda não se generalizou para as bases do movimento. Estes temas (novas tecnologias, a questão ambiental, das mulheres, dos negros, etc.), são efetivamente antigos problemas - hoje agravados - e que remetem à discussão sobre o desenvolvimento, pois não há como enfrentar satisfatoriamente esses desafios sem considerar as condições globais do crescimento econômico e social.

⁴⁵ Essa questão torna-se ainda mais premente, se considerarmos o avanço das forças conservadoras após as eleições presidenciais e a possibilidade de "sucesso" do projeto neoliberal.

⁴⁶ A continuidade ou ampliação da heterogeneidade e a preservação da miséria para amplas camadas da população são o "caldo de cultivo" no qual se realimenta o "velho" corporativismo, ainda que travestido de "novo" ou "moderno".

A possibilidade de que essas questões venham a ser satisfatoriamente enfrentadas, dependerá da capacidade do movimento sindical adotar um discurso e uma prática que sensibilize o conjunto dos trabalhadores, incorporando às demandas sindicais as aspirações daqueles setores desorganizados e/ou excluídos do mercado formal de trabalho,⁴⁷ além dos novos setores emergentes.

O enfrentamento efetivo destas questões passa pela formulação de uma nova estratégia sindical, que favoreça, por um lado, uma linha de atuação afirmativa/propositiva, tanto no âmbito das relações capital/trabalho como das relações entre Estado e sociedade civil. Por outro lado, a afirmação da democracia como valor fundamental e elemento constitutivo da sociedade do futuro, consubstanciada na modernização das relações de trabalho e no reconhecimento explícito, pela via da negociação ou do conflito, das diferenças e contradições presentes na sociedade.

Se o movimento sindical se reivindica porta-voz da modernidade, deve se perguntar aonde deseja chegar: a um projeto global de modernização econômica e social, ou à definição de parâmetros mínimos para atuar localizadamente frente às ações empresariais e/ou governamentais? Ainda que a formulação de um projeto global possa parecer não ser um objetivo dos sindicatos, certamente os trabalhadores organizados e as centrais sindicais teriam muito a dizer sobre o tema, não só porque representam um número expressivo de cidadãos/trabalhadores, mas sobretudo porque constituem um dos setores mais dinâmicos da sociedade civil brasileira.

A maior dificuldade reside, porém, na própria situação de crise que vive o país. Por exemplo, é muito difícil pensar em qualquer estratégia visando à ampliação das conquistas dos trabalhadores se a recessão se aprofundar. Mas se é verdade que não existem saídas de curto

⁴⁷ Além da campanha permanente pela redução da jornada de trabalho, esses dois setores devem merecer uma atenção especial, mesmo considerando a reconhecida dificuldades para isso. Até recentemente os desempregados eram ignorados pelo movimento sindical, apesar de sua presença permanente. Por sua vez, os trabalhadores do setor informal - que já correspondiam a uma parcela considerável do mercado de trabalho brasileiro - vêm adquirindo importância crescente com a reestruturação industrial.

prazo, "o grande desafio passa a ser justamente a formulação de uma nova estratégia sindical na crise".

Se a classe operária - aqui como lá - está condenada à redução de sua participação na população economicamente ativa, isso não significa necessariamente o fim do movimento sindical. A sua sobrevivência dependerá desse duplo esforço de liderar, por um lado, a ruptura com o atraso histórico que caracteriza nossa sociedade e a defesa de interesses imediatos e, por outro, a renovação e incorporação de novas demandas, novos temas, novos atores sociais e a definição de propostas claras referidas aos seus objetivos históricos.

O equacionamento destas questões obrigaria aos trabalhadores uma atuação sindical capaz de: a) passar das lutas por categorias para as mobilizações de caráter geral e para um novo sistema de relações de trabalho; b) propor e defender parâmetros para as políticas de abrangência nacional que condicionam os níveis de emprego, salário e renda e c) buscar interlocutores válidos visando avançar na construção democrática e na formulação de um projeto popular capaz de romper com o passado e rumar para o futuro.

No Brasil de hoje e de amanhã, no entanto, o movimento sindical não poderá apenas refazer - *pari passu* - o caminho percorrido pelo sindicalismo dos países europeus no pós-guerra, aonde os trabalhadores organizados tiveram como interlocutores privilegiados o moderno empresariado industrial e o Estado. Sem a incorporação dos miseráveis e excluídos de nossa sociedade, a simples reprodução da experiência europeia do pós-guerra, nas atuais condições de privatização do Estado e de subordinação do setor produtivo à esfera financeira nacional e internacional (que reduz à retórica o antigo eixo nucleador das alternativas nacionais empresariais: o crescimento econômico), poderia não gerar a transformação produtiva com crescimento e equidade que desejamos, mas um modelo econômico cujas ilhas de excelência e produtividade não ocultariam a ainda maior heterogeneidade, concentração da renda e exclusão social.